

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.117 - SC (2019/0099070-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : SANTA FÉ VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS : CLÁUDIA DA SILVA PRUDÊNCIO E OUTRO(S) - SC019054
AMANDA MENDES - SC034861
AGRAVADO : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919
FRANCIS ALMEIDA VESSONI - SC028308
ANA LUIZA MOMM PONSAM - SC036176
VINICIUS VARGAS CAMACHO E OUTRO(S) - SC040809

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. TUTELA ANTECIPADA. NATUREZA PRECÁRIA DA DECISÃO. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 735/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SANTA FÉ VEÍCULOS LTDA. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado (e-STJ, fl. 339):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO QUE VISA REVISÃO DE CLÁUSULAS EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO. DECISÃO QUE CONCEDE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PARA IMPEDIR REAJUSTE COM BASE EM SINISTRALIDADE E RESCISÃO UNILATERAL, DETERMINANDO APLICAÇÃO DE ÍNDICE AUTORIZADO PELA ANS PARA PLANOS INDIVIDUAIS.

PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE CONSOLIDANDO AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE DAS REFERIDAS CLÁUSULAS. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DERRUÍDA, RECURSO PROVIDO PARA CASSAR A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 348-367), a recorrente apontou violação aos arts. 300 do Código de Processo Civil de 2015; 39, V, e 51, IV e X, § 1º, II e III, do Código de Defesa do Consumidor; 421 e 422 do Código Civil de 2002; e 13, parágrafo único e II, e 35-G da Lei n. 9.656/1998; bem como a existência de dissídio

jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que, embora seja sociedade empresária, nunca teve margem para discussão das cláusulas de rescisão unilateral e reajuste por sinistralidade. Ponderou pelo reconhecimento de desvantagem exagerada do consumidor.

Alegou que não se pode permitir, sem a instrução processual e análise da questão de maneira mais detalhada, a possibilidade de rescisão unilateral do contrato e a aplicação do reajuste por sinistralidade no percentual apontado pela seguradora.

Fundamentou que a decisão que deferiu a tutela de urgência deve ser mantida, até a produção da prova pericial.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 421-430).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 432-435).

Brevemente relatado, decido.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial postulando o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, pois esta possui natureza precária e provisória do juízo de mérito, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Dessa forma, configura-se a ausência do pressuposto constitucional relativo ao esgotamento das instâncias ordinárias, imprescindível ao trânsito da insurgência extraordinária, o que atrai a aplicação da Súmula 735/STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar."

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO QUE DEFERIU ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na forma da jurisprudência, não é cabível recurso especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar ou antecipação dos efeitos da tutela, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança, "porquanto (em relação a) tal matéria, somente haverá causa decidida em única ou última instância com o julgamento definitivo, atraindo, analogicamente, o enunciado da súmula 735 do STF: 'Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar'" (STJ, REsp 765.375/MA, Rel. Ministro TEORI ALBINO

ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 08/05/2006). Em igual sentido: STJ, AgRg no AREsp 404.891/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013.

II. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.289.023/PB, Relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 25/6/2015)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. PROCESSO CAUTELAR. INCIDÊNCIA DO ART. 542, § 3º, DO CPC. RECEBIMENTO NA FORMA RETIDA. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO LIMINAR/ANTECIPATÓRIA DE TUTELA. SÚMULA N. 735/STF.

1. Nos termos do que dispõe o art. 542, § 3º, do Código de Processo Civil, o recurso especial oriundo de decisão interlocutória proferida em processo de conhecimento, cautelar ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte por ocasião da interposição de recurso contra a decisão final.

2. Nessas hipóteses, tem-se entendido que, em razão do processamento indevido do recurso especial, o qual, a rigor, devia ter permanecido retido, nos termos do art. 542, § 3º, do CPC, os autos devem ser restituídos ao Tribunal a quo em observância do preceito legal. Precedentes.

3. Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF ("Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar"), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 581.358/RJ, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/4/2015, DJe 5/5/2015)

O Tribunal estadual, ao indeferir a tutela de urgência, entendeu não estarem todos os requisitos para a concessão atendidos. Desse modo, rever tal conclusão demandaria a reanálise de fatos e provas.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

